

A OBJECTIVIDADE COMO «DEVER REFERENCIAL» DOS JORNALISTAS

Introdução

«When the meninas came to town». Este foi o título que encimou uma reportagem de Amanda Ripley sobre a problemática da prostituição na cidade de Bragança, inserida na *Time* de 14 de Outubro de 2003. Por coincidência, na mesma edição da revista norte-americana, o Governo português iniciava a publicação do primeiro de uma série de quatro anúncios promocionais do Euro-2004. «Em Portugal o prolongamento é sempre a melhor parte do jogo», referia um dos slogans. Dois dias depois, o diário *Público* dedicava uma notícia ao «caso». Ditava o *lead*: «A dimensão que foi dada ao problema da prostituição em Bragança poderá não passar de «uma ficção jornalística». Esta é a opinião de um dos elementos da equipa de investigação que, desde Janeiro de 2001, desenvolve um estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sobre a “prostituição feminina em regiões fronteiriças”»¹. O artigo da revista norte-americana interferiu com a auto-estima das gentes daquela capital de distrito e com a imagem do país no seu todo. Desconfia-se que o retrato dado de Bragança se moldou a uma certa visão pré-concebida de Portugal. Em declarações à *Visão* de 16 de Outubro de 2003, a actual correspondente portuguesa do *El País*, Margarida Pinto, assume: «Pode não ser uma visão consciente da parte deles, mas aquilo que desperta o interesse dos meus editores são as histórias que nos relacionam, de certa forma,

Carla Martins

Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

¹ Fragoso, Ana, «Prostituição em Bragança não é um caso singular», in *Público*, 16/10/2003.

com aspectos do Terceiro Mundo»². Até que ponto, então, usando a terminologia de Lippmann, os jornalistas atropelam as visões do mundo com as definições que dele foram sedimentando? Será que as visões estereotipadas são suficientemente consciencializadas e escrutinadas? Por outro lado, será que o resultado do trabalho jornalístico, por via de uma valorização crescente da subjectividade e da criatividade, se pode categorizar cada vez mais como meras «ficções jornalísticas»?

Hoje recai sobre os media e os jornalistas a suspeição de os seus relatos transcenderem a realidade, de diluírem a fronteira entre o ficcional e o não-ficcional ao produzirem «cenários», ao darem cobertura a acontecimentos fabricados, aqueles que Daniel Boorstin designa por «pseudo-eventos», ao personalizarem excessivamente os eventos, ao demitirem-se da explicação e contextualização dos acontecimentos, oferecendo, antes, uma visão fragmentada e aforística da realidade.

Se o jornalista é uma espécie de «historiador do quotidiano», como designou Albert Camus, que credibilidade merecerão os seus relatos produzidos com grandes constrangimentos de espaço e de tempo e excessivamente determinados por exigências comerciais? No coração da epistemologia jornalística está, desde o nascimento do jornalismo informativo, em meados do século XIX, o ideal da objectividade. Esta foi interiorizada pela classe profissional em ascensão como garante da independência, isenção e exactidão do trabalho jornalístico. Porém, nas últimas décadas, a objectividade tornou-se alvo de desconfianças e foi sucessivamente desconstruída e criticada. Semanticamente, metamorfoseou-se em cautelosas expressões como «interpretação honesta» e «não-intencionalidade». A evidência da impossibilidade da total separação entre objectividade e subjectividade conduziu ao anúncio da obsolescência do «paradigma da objectividade jornalística», nos vários níveis em que pode ser lido: como correspondência entre enunciado e acontecimento, como dever deontológico, como codificação de um conjunto de práticas e procedimentos técnicos.

Em que medida podem os jornalistas transcender a sua própria subjectividade no relato dos factos? A que procedimentos ou «convenções» devem recorrer na procura do relato objectivo da realidade? (Cohen, 1992, 156) Reconhecendo-se, a título de hipótese, o papel dos jornalistas como «narradores profissionais» do «mundo lá fora», será o seu relato tanto mais credível e «verdadeiro» quanto mais objectivo for? Haverá um paralelismo entre objectividade e verdade³? Em que medida é possível descrever as coisas «como elas realmente são»? E saber se, de facto, a objectividade é um caminho para a verdade (Amaral, 1996, 18)? Por outro lado, constituirá a objectividade um óbice à imaginação e criatividade⁴?

Estas interrogações interpõem-se à hipótese, aqui avançada, de se ter de recorrer novamente ao paradigma da objectividade como um dos princípios estruturantes do jornalismo: aquele que lhe garantirá o abstracto de realidade para que seja reconhecida credibilidade e fiabilidade aos seus produtos informativos. No redesenho da cartografia dos «territórios do jornalismo» haverá eventualmente que se acolher a objectividade, mas numa versão reiventada à luz da própria evolução histórica do conceito.

² Luís, Filipe, «O país dos escândalos sexuais», in *Visão*, 16/10/2003.

³ Daniel Cornu escreve que «a objectividade é a atitude (quanto à pessoa) ou o método (quanto à aproximação) que permite ligar a realidade à verdade, ver “as coisas como elas são”, e não é de forma nenhuma realizada por uma política de informação que vise apenas o equilíbrio e a neutralidade. A realidade, em si mesma, é brutal, excessiva, conflitual» (Cornu, *Daniel, Journalisme et Vérité – Pour une éthique de l’information*, Genève, Labor et Fides, 1994, p. 359, (cit. Mesquita, 2003, 212)).

⁴ «O relato objectivo despiu os jornalistas da sua criatividade e imaginação; roubou aos jornalistas a paixão e a perspectiva. O relato objectivo transformou o jornalismo em algo mais técnico do que intelectual; transformou a arte da narração numa técnica de escrita jornalística» (Glasser, 1992, 181).

Transmutar semanticamente a objectividade em «interpretação honesta», por exemplo, não faz desaparecer o problema. A consideração futura da objectividade deverá conjugar uma série de factores: o trabalho jornalístico exige, como propôs Lippmann, uma atitude reflexiva face aos preconceitos próprios e aos mapas culturais e de significado social que funcionam como uma espécie de «filtro» na percepção da realidade; além dos factos, as notícias integram uma componente de interpretação consubstanciada no aprofundamento e contextualização da informação, pelo que o jornalista «objectivo» não é um mero «mensageiro» passivo mas um «mediador» cujo elemento subjectivo não se anula no relato dos acontecimentos; a identidade do objecto constrói-se integrando uma multiplicidade de perspectivas decorrentes das diferentes posições em que se encontram aqueles que observam. Um relato jornalístico será tanto mais objectivo quantas as perspectivas que contiver. A hipótese de partida esboçada neste artigo rejeita a cisão entre objectividade e subjectividade e reconhece como inevitável a intervenção do elemento subjectivo no relato da realidade. Na recuperação possível da objectividade aqui ensaiada não está excluída, portanto, a imaginação, a criatividade, a perspectiva e a capacidade de narração do jornalista.

Por fim, contrariando as opiniões de autores como Glasser, pressupõe-se a indissociabilidade entre objectividade e responsabilidade dos media e dos jornalistas. Citando Mário Mesquita, «talvez se possa afirmar que a deontologia do jornalismo surge, enquanto construção histórica, como resposta a essa expectativa de objectividade, cultivada» pelo público (Mesquita, 2003, 213).

Génese da objectividade

A objectividade é um conceito que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo. Está consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social e presente, implícita ou explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas (Traquina, 2001, 26). O termo nasce aquando da emergência do «novo» jornalismo informativo, sobretudo no seio das agências noticiosas, em meados do século XIX, assentando na premissa de que «as opiniões são livres, os factos são sagrados». Pressupõe, por outras palavras, a separação entre o relato dos factos e a expressão das posições subjectivas do jornalista. Distinção essa que, nas palavras de Rita Figueiras, se «senso-comunizou», ou seja, é mais formal do que real e reconhecida pelos não profissionais (Figueiras, 2003, 111).

A *objectividade jornalística* surge no período designado pelos historiadores como «fase industrial da imprensa» (Mesquita, 2003, 207), impulsionada por transformações políticas, económicas, sociais e tecnológicas. «Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um grupo de leitores ideologicamente afins, necessariamente muito mais restrito»⁵. Mário Mesquita verifica que a objectividade jornalística não nasce de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo mas resulta «da nova estratégia comercial da imprensa» (Mesquita, 2003, 208).

Os estudos sobre as notícias descrevem esta evolução do produto informativo, fazendo corresponder à desvinculação dos factos e dos comentários a «teoria do espelho», segundo a qual

⁵ Tengarrinha, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1989, p. 219 (cit. Mesquita, 2003, 208).

as notícias são como são porque a realidade assim o determina. A esta teoria subjaz a noção do jornalista como observador e reproduzidor desinteressado dos acontecimentos. A teoria do espelho desenvolve-se em dois momentos históricos cruciais. Na primeira fase do «novo jornalismo», procedeu-se a uma sacralização dos factos, processo de que as agências noticiosas foram as defensoras mais ardentes. O segundo momento histórico teve lugar nas décadas de 20 e 30 do século xx, nos Estados Unidos (Traquina, 2001, 34), positivamente devido à crescente popularidade dos métodos científicos como instrumento adequado para descobrir e compreender a realidade (Glasser, 1992, 177). Segundo Michael Schudson, contudo, o ideal de objectividade não foi a expressão final de uma convicção nos factos mas, pelo contrário, a afirmação de um método concebido em função de um mundo em que os próprios factos não eram merecedores de confiança, devido aos exemplos de propaganda e à emergência da profissão de relações públicas⁶. «Com a ideologia de objectividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos factos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os factos eram postos em dúvida»⁷.

No século xx, a objectividade torna-se assim um standard da profissão. Segundo John Merrill, torna-se um *ethics concept* (Mesquita⁸, 2003, 208), ou seja, um «dever de objectividade», prescrito sobretudo na tradição jornalística norte-americana. Na perspectiva do dever de objectividade, os jornalistas seriam aparentemente transformados em observadores moralmente descomprometidos e a imprensa, em «imprensa amoral». «O conceito de objectividade seria, na prática, oposto ao de responsabilidade, visto que contribuiria para desresponsabilizar o jornalista» (Mesquita, 2003, 209).

O professor norte-americano Melvin Mencher identifica a objectividade como uma das componentes básicas das notícias, ao lado da exactidão (*accuracy*), atribuição, verificação, equilíbrio, concisão, selectividade, clareza e interesse humano. Objectividade significa, na sua perspectiva, que a notícia não deve transparecer a opinião ou os sentimentos do autor e pode ser verificada contra algum tipo de registo. «Um relato objectivo contém material que qualquer pessoa concordará ser verdadeiro. A verificação do material é tão convincente que não pode haver qualquer argumento contra a sua verdade» (Mencher, 1984, 62).

Classicamente, portanto, o «ideal de objectividade» sugere a possibilidade de separação entre factos e opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas consigam distanciar-se dos acontecimentos do mundo real, cujo significado transmitem ao público através de uma linguagem neutra e técnicas de reportagem competentes. O conceito de parcialidade, ao invés, implicará a possibilidade de um «grau zero de relatos imparciais e objectivos» (Hackett, 1999, 105).

⁶ No prefácio à obra *Homens em Tempos Sombrios*, Hannah Arendt explica os «tempos sombrios» (expressão de Brecht) como o tempo da desordem e da fome, dos massacres e dos assassinos, da revolta contra a injustiça e do desespero, do ódio e da cólera. «Tudo isto era bem real, uma vez que se passava em público; não era nem segredo nem mistério. E todavia, nem por sombras estava ao alcance de todos os olhos, era difícil ter-se consciência da situação; pois até ao último momento, em que a catástrofe arrastou tudo e todos, ela foi sempre camuflada, não por realidade mas pelos muito eficientes discursos e pelo palavreado de quase todos os representantes oficiais (...). Quando pensamos nos tempos sombrios (...) temos que levar em linha de conta esta camuflagem, emanada do «poder estabelecido» – ou do «sistema», como então se dizia – e por ele difundida» (Arendt, 1991, 8).

⁷ Schudson, M, *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*, Nova Iorque, Basic Books Inc, 1978, p. 122 (cit. Traquina, 2001, 34)

⁸ Mesquita situa a «doutrina da objectividade» em três níveis: no «plano deontológico», enquanto dever ou compromisso ético, prescrito pelos códigos deontológicos; no «plano da investigação jornalística», enquanto conjunto de normas processuais; no «plano das retóricas», enquanto conjunto de regras de natureza estilística (Mesquita, 2003, 209).

Objecções à objectividade

Pela codificação e «senso-comunicação»⁹ de procedimentos, pela aparente «amoralização» e desresponsabilização do trabalho do jornalista, vários autores criticaram ferozmente o paradigma da objectividade jornalística. O jornalista espanhol Miguel Ángel Bastenier defende: «A objectividade é apenas uma palavra, uma invocação, um santo e senha ao qual encomendamos, porque isso a que se chama a *realidade*, ou não existe ou não temos qualquer possibilidade de a apreender por via do conhecimento. (...) A objectividade não existe e não faz qualquer falta, porque se fosse assim todos os diários, pelo menos os que cumpriram os seus objectivos profissionais, dariam a mesma versão dos factos, tudo teria decorrido de forma inapelável» (Bastenier, 2001, 25).

Nos Estados Unidos, na década de 60, o *New Journalism*, iniciado por Tom Wolfe e consagrado com o conjunto de reportagens *In Cold Blood*, de Truman Capote, questionou as formas sagradas das notícias e sacudiu os dogmas tradicionais, como o da objectividade, que ajudavam a orientar a actividade jornalística (Traquina, 2001, 24). Além do *New Journalism*, também os movimentos do jornalismo investigativo, no domínio processual, contestaram a doutrina da «objectividade» e as respectivas traduções na prática profissional (Mesquita, 2003, 212).

Martínez-Albertos, professor de Jornalismo na Universidade Complutense de Madrid, opta, em lugar da objectividade, pelo termo «não-intencionalidade», que define como disposição psicológica que deve estar sempre presente no trabalho jornalístico. Trata-se, em seu entender, de uma exigência ética necessária para credenciar os textos jornalísticos como socialmente aceitáveis (Martínez-Albertos, 1998, 66)¹⁰.

Se numa primeira fase os documentos que norteiam eticamente o trabalho do jornalista consignaram o princípio da objectividade, nas últimas décadas a sua enunciação sofreu alterações semânticas de relevo. Por exemplo, o Código Deontológico do Jornalista, aprovado em 1993 pelo Sindicato dos Jornalistas, prescreve logo no primeiro ponto: «O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e *interpretá-los com honestidade*»¹¹. No *Livro de Estilo do Público*, recusa-se a objectividade em «estado puro». «A redacção de um texto e a sua publicação envolvem decisões individuais e colectivas de natureza sempre subjectiva. Por isso, a objectividade jornalística é entendida como um valor-limite e uma meta que o Público procura todos os dias alcançar. É assim um problema de honestidade intelectual colocado permanentemente aos seus jornalistas, confrontados com uma outra questão: a exactidão dos factos relatados e a fidelidade das opiniões recolhidas».

O *Livro de Estilo do Washington Post* sustenta que, «enquanto os argumentos acerca da objectividade são intermináveis, o conceito de *fairness* (jogo limpo) é algo que os editores e

⁹ Senso comum é utilizado aqui no sentido daquilo que a maioria dos jornalistas «considera como verdadeiro, ou dado como adquirido» (Tuchman, 1999, 87).

¹⁰ A não-intencionalidade psicológica apoia-se, segundo o autor, em dois ingredientes obrigatórios: os dados que se comunicam têm de ser jornalisticamente verdadeiros, ou seja, verificáveis; a codificação linguística das mensagens deve fazer-se de acordo com as pautas e cânones estabelecidos pelas convenções profissionais (Martínez-Albertos, 1998, 65).

¹¹ «Podem os jornalistas riscar da deontologia a palavra «objectividade», mas isso não lhes evitará o confronto com a problemática em causa. Por mais que contornem o conceito, suprimindo-o dos códigos deontológicos ou recusando-lhe qualquer espécie de validade (ou de operatividade), os destinatários da informação continuarão a estabelecer unilateralmente que as notícias devem relatar os «factos» tal como ele se verificam, ou seja, que a tal «objectividade» – inatingível, por definição – deve constituir-se em critério de avaliação da prática jornalística» (Mesquita, 2003, 212).

repórteres podem facilmente compreender e cumprir» (cit. Mesquita, 2003, 210). Opinião idêntica tem Bastenier: «Se a objectividade não existe, nem é desejável em si mesma, o que sim existe é o que os anglosaxónicos designam por *fair play*; a honradez do ponto de partida, a ausência de *parti pris* por parte do jornalista» (Bastenier, 2001, 28).

A par desta preocupação semântica, que evita mencionar a objectividade, condenando-a a um exílio prolongado, a questão da objectividade deriva a sua problematicidade do facto de se colocar em todas as fases do processo de produção das notícias, a começar pelo designado «saber de reconhecimento». Mauro Wolf explica como o funcionamento rotineiro da organização jornalística opera um tipo de «deformação» dos conteúdos informativos não imputável a violações da autonomia profissional mas ao modo como está organizada, institucionalizada e é desempenhada a profissão (Wolf, 2002, 183). Golding e Elliot procuraram demonstrar de que forma o profissionalismo – com os seus valores, rotinas e práticas, critérios de selecção e modelos de apresentação dos acontecimentos – acrescenta importantes «distorções inconscientes» à informação produzida. Aqui é decisiva a influência da lógica específica dos *mass media* – com as suas exigências produtivas, redes de fontes, imagem do público – na cobertura dos acontecimentos. «As exigências organizativas e estruturais e as características técnico-expressivas próprias de cada meio de comunicação de massa são elementos fundamentais para a determinação da reprodução da realidade social fornecida pelos *mass media*» (Wolf, 2002, 185).

No que toca, em particular, aos critérios de noticiabilidade, que conjugam a cultura profissional do jornalista com a organização do trabalho de produção de notícias, Wolf salienta que «“faz notícia” aquilo que, depois de tornado pertinente pela cultura profissional do jornalista, é susceptível de ser «trabalhado» pelo órgão informativo sem demasiadas alterações e subversões do ciclo produtivo normal» (Wolf, 2002, 191). Os valores-notícia, como componentes da noticiabilidade, integram este processo de «distorção involuntária»¹².

A rede de fontes de informação utilizada pelos jornalistas e pelos meios de comunicação é outro dos factores que dificultará a possibilidade de realização de um trabalho objectivo. «Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”» (Wolf, 2002, 223). O mesmo autor salienta que os estudos sobre o *newsmaking* deram a conhecer que a rede de fontes reflecte, por um lado, «a estrutura social e de poder existente» e, por outro, se organiza a partir das exigências dos procedimentos produtivos (Wolf, 2002, 223-224). Como os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia, também a estrutura de fontes assentará numa «distorção», uma vez que o acesso das fontes aos jornalistas e dos jornalistas às fontes é assimétrico. De acordo com Herbert Gans, «aqueles que não têm qualquer poder mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas acções produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos» (cit. Wolf, 2002, 224).

¹² Os valores-notícia constituem uma grelha dinâmica que permite responder de forma pragmática às necessidades de selecção diária dos acontecimentos considerados interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia, e estão presentes ao longo de todo o processo produtivo. Segundo Mauro Wolf, os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas às características substantivas das notícias, o seu conteúdo, seja pela importância seja pelo interesse; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; à imagem que os jornalistas têm do público; e à concorrência entre meios de comunicação.

Em «Objectivity and News Bias», Theodore Glasser argumenta que hoje as notícias são inevitavelmente distorcidas e esta distorção pode ser captada através da compreensão do conceito, das convenções e da ética da objectividade. O autor define a objectividade como ideologia, ou seja, um conjunto de crenças que funciona no momento em que o jornalista age, comprometida com a supremacia dos factos observáveis e verificáveis (Glasser, 1992, 176). Em seu entender, a objectividade no jornalismo promove três tipos de distorções, articulados com três desenvolvimentos principais do jornalismo norte-americano. Em primeiro lugar, é distorcido contra o papel de *watchdog* dos media em favor do *statu quo*: o relato neutral implica dar proeminência às fontes oficiais poderosas, o que contradiz a participação democrática de todos os cidadãos. Neste particular, há um encontro entre a perspectiva de Glasser e a de Gans. Uma segunda distorção da ideologia da objectividade ocorre contra o pensamento independente, ou seja, o jornalista ficará isento de uma perspectiva crítica na avaliação de eventos, problemáticas e pessoas; será um mero espectador desinteressado. A terceira distorção surge contra a assumpção jornalística da responsabilidade por aquilo que relata. Segundo Glasser, uma vez que a ideologia propugna que as notícias existem «lá fora» – em aparência, independentemente do jornalista –, os profissionais não podem ser responsabilizados por elas (Glasser, 1992, 183). «O relato objectivo exclui virtualmente o relato responsável (...). O relato objectivo apenas requer que os jornalistas sejam responsabilizados pelo modo *como* fizeram o relato, não por aquilo que relataram» (Glasser, 1992, 180).

Gaye Tuchman concentrou as suas investigações – uma das mais acutilantes e desmistificadoras sobre o tema – nos procedimentos inerentes à objectividade jornalística, que identifica como «rituais estratégicos», retomando uma expressão de Everett Hughes. O jornalista, sendo objecto de múltiplas pressões – prazos de entrega, processos difamatórios e reprimendas dos superiores –, escuda-se numa noção operativa de objectividade para o seu trabalho ancorada em certos procedimentos, traduzidos em atributos formais das notícias e dos jornais. A estudiosa propõe que a objectividade «pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão», dos críticos do seu trabalho (Tuchman, 1999, 74-75)¹³. Quando reclama «eu sou um profissional objectivo», o jornalista pode afirmar que apresentou versões diferentes ou «possibilidades conflituais» da realidade, provas suplementares para fundamentar um facto, utilizou judiciosamente aspas para indicar que não está a dar uma versão dos acontecimentos, apresentou os «factos mais importantes» em primeiro lugar e separou linguística e graficamente os factos das opiniões (Tuchman, 1999, 79-84, 88-89).

Trata-se de «procedimentos estratégicos» relativos aos atributos formais da notícia que o jornalista evoca para justificar que agiu objectivamente. Tuchman conclui, no entanto, por um desfasamento entre os objectivos procurados (a objectividade), os procedimentos adoptados (que não escapam a ambiguidades) e os resultados alcançados (a percepção do público sobre a objectividade do relato). Este conjunto de estratégias traduz, enfim, uma ritualização ou codificação que remete para uma definição operacional da objectividade, tendente a fundamentar as decisões de uma profissão mais marcada pela acção do que pela reflexão. Este será o sentido mais negativo da objectividade: a mecanização dos procedimentos, dados como adquiridos e pouco escrutinados por quem os utiliza.

¹³ «Atacados devido a uma controversa apresentação de «factos», os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos» (Tuchman, 1999, 75).

A via da interpretação

Pese embora estes importantes argumentos de desconstrução da objectividade, a consideração futura deste «paradigma» deverá conjugar uma série de factores, entre os quais, como referido, a consagração da «atitude interpretação», que privilegia o aprofundamento e contextualização dos factos.

O jornalismo objectivo era o *standard* até à década de 1950, data a partir da qual se começou a revelar desajustado para traduzir as transformações e os problemas políticos e sociais que proliferaram desde o final da II Guerra Mundial. «O jornalismo objectivo pode ser limitativo. Encoraja a passividade. O jornalista espera pelo desenvolvimento do acontecimento, que a autoridade fale. Não se arrisca por áreas que não sejam discerníveis ou mensuráveis. Não procura as profundezas do iceberg, mas estabelece-se nas pistas observáveis. Este tipo de jornalismo, com pouca capacidade de previsão, é incapaz de preencher o papel do jornalismo de dar ao público a informação na qual baseia as suas decisões» (Mencher, 1984, 62). Foi necessária uma alteração das práticas, no sentido do reforço do papel da interpretação no trabalho jornalístico, incorporando-se nos enunciados: a análise das causas e consequências, a contextualização dos acontecimentos, uma maior atenção às problemáticas do que aos acontecimentos, uma menor dependência dos relatos das autoridades e das versões oficiais. Um jornalismo menos passivo, portanto.

Santamaría Suárez e Casals Carro relevam precisamente três etapas de evolução do jornalismo, desde o jornalismo ideológico (até ao fim da I Guerra Mundial), passando pelo informativo (entre 1870 e o final da II Guerra Mundial), até ao interpretativo. A partir dos anos 50, o jornalismo reveste-se de um novo carácter: a profundidade. Este tipo de jornalismo «utiliza equilibradamente o comentário e o relato, mas situa-os numa nova perspectiva na qual o leitor encontra os juízos de valor situados de forma imediata ao lado da narração objectiva dos factos». Ao utilizar equilibradamente o relato e o comentário, o jornalismo interpretativo coloca estes dois géneros básicos numa nova perspectiva, favorecendo a prática de situar os factos num contexto, num *background* significativo, fortemente ancorado na documentação (Suárez e Carro, 2000, 18)¹⁴. O problema é que, assumindo-se que o jornalismo adopta uma atitude interpretativa, se dificulta ao mesmo tempo a distinção clara entre interpretação, que ainda navegará no universo do relato, e opinião, do domínio do comentário. As autores ressaltam que a interpretação e a opinião são duas atitudes diferentes perante os factos. O perigo para a credibilidade do jornalismo reside precisamente na confusão entre interpretação e opinião.

Para evitar confusões entre qualidades de objectividade e de subjectividade, as investigadoras procuraram validar esta distinção fundamentando-a na natureza dos juízos que se utilizam em ambas as atitudes. Deste modo, consideraram juízos interpretativos os analíticos, sintéticos, hipotéticos, e (parcialmente) disjuntivos¹⁵, enquanto os categóricos¹⁶ têm uma natureza puramente opinativa e

¹⁴ Lester Markel resumiu desta forma as conclusões de reuniões internacionais convocadas em 1951 por estudiosos do jornalismo de todo o mundo: a interpretação é um elemento básico nas tarefas informativas; a interpretação é um juízo objectivo apoiado nos antecedentes, conhecimento da situação e análise de um acontecimento; a interpretação é parte essencial das notícias (Suárez e Carro, 2000, 19).

¹⁵ Os juízos disjuntivos formulam-se perante uma bifurcação em duas opções. Mas se se utilizam como admonição induzida para desaconselhar uma das opções, está-se perante uma «manifestação ideológica de carácter puramente opinativo» (Suárez e Carro, 2000, 20).

¹⁶ São juízos fechados e explícitos. Julgam factos, pessoas ou situações. Podem subdividir-se em juízos de facto ou de realidade, juízos de intenções e juízos de valor (Suárez e Carro, 2000, 20-21).

subjectiva. «A narração dos factos baseada na explicação, contextualização, ilação, análise causal, síntese das consequências e aclaração dos conceitos não constitui um texto opinativo mas simplesmente interpretativo (...). O texto interpretativo orienta de outro modo que o texto opinativo: o interpretativo é aberto, o opinativo mais fechado. A diferença principal reside na utilização dos juízos: eles situam os limites entre a interpretação e a opinião» (Suárez e Carro, 2000, 21).

Ao analisar a evolução do jornalismo político norte-americano no século XIX, Michael Schudson concluiu que as raízes da «atitude interpretação» atravessam a emergência das próprias estruturas do lead e da pirâmide invertida, figuras típicas do jornalismo de agência, que seriam sinónimos de objectividade, na medida em que garantem o destaque do principal acontecimento numa linguagem seca e objectivadora, de onde seriam rasuradas as marcas de subjectividade do jornalista (Mesquita, 2003, 211).

No estudo «A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão», de 1982, o sociólogo norte-americano verifica que algumas das convenções das notícias mais familiares ao jornalismo moderno são inovações recentes e bastante reveladores da mutação da identidade profissional dos jornalistas. Schudson analisou a evolução da cobertura da mensagem do «State of the Union», apresentada anualmente pelo presidente dos EUA ao Senado e ao Congresso. Os relatos tomaram três formas básicas em pouco mais de um século: o registo estenográfico dos assuntos congressionais (1790-1850), uma cronologia e comentário sobre o ritual congressional (1850-1900), e a reportagem da mensagem, com ênfase crescente no seu conteúdo e nas implicações políticas de longo alcance (a partir de 1900). «Apesar da objectividade louvável do jornalismo, a reportagem da mensagem presidencial em cada período sucessivo tornou-se mais interpretativa, mais separada daquilo que um observador vulgar pudesse seguramente afirmar que a mensagem dizia ou que o Congresso ouvia» (Schudson, 1999, 281). Os relatos mostram, segundo o sociólogo, «que os jornalistas americanos consideram-se (...) analistas experientes do mundo político. Eles evidenciam igualmente que, embora como jornalistas eles estejam ligados a princípios de reportagem objectiva, eles vêem, no entanto, o seu papel como compreendendo alguma interpretação de actos políticos para um público mal equipado para descobrir por si próprio o significado dos acontecimentos» (Schudson, 1999, 281).

A via da interpretação, como novo caminho para ressitar a objectividade, fez escola nos documentos oficiais e nos próprios livros de estilo dos meios de comunicação social. A título ilustrativo, a Declaração de Princípios da UNESCO, de 1983, sustenta que a «tarefa fundamental do jornalista consiste em servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica através de uma aproximação honesta à realidade objectiva». Esta atitude caracterizar-se-á por necessidades de contextualização e de explicação, ou seja, de articulação fundada entre os factos, e pela capacidade criativa do jornalista (Mesquita, 2003, 213).

O *Livro de Estilo do Público* adopta igualmente a distinção entre opinião, interpretação, informação: «tal como não existe objectividade em estado puro, não existem nos textos jornalísticos fronteiras absolutas entre informação, interpretação e opinião. De qualquer modo, há três níveis essenciais na construção das peças: a apresentação dos factos, que podem ser a divulgação da opinião de terceiros – a informação; o relacionamento desses factos entre si – a interpretação; e o juízo de valor sobre esses factos – a opinião» (1998, versão electrónica).

O olhar subjectivo do jornalista está sobretudo presente na interpretação, mais característica dos géneros reportagem e inquérito; a distanciação e a imparcialidade serão o garante de que não

irá resvalar para a opinião¹⁷. Nos princípios e normas de conduta profissional do matutino, exige-se, por exemplo, o «tratamento distanciado e descomprometido de qualquer assunto», «rigor na terminologia com determinada carga semântica», «respeito integral pela relevância dos factos investigados, honestidade intelectual e defesa escrupulosa do interesse público», «distanciamento do jornalista perante os factos e as histórias que eles contem», «atitude independente e crítica perante todos os poderes e interesses estabelecidos» (1998, versão electrónica).

Objectividade como atitude reflexiva

Além da evolução do conceito de objectividade jornalística no sentido da profundidade, ou seja, progredindo pela senda da interpretação, a consideração futura do conceito passará, em segundo lugar, por uma postura reflexiva face aos «estereótipos» que nos ajudam a dar familiaridade ao mundo.

A objectividade, na acepção cunhada pela filosofia a partir do século xvii, significa, em traços largos, a separação entre sujeito e objecto e uma relação de apropriação do segundo pelo primeiro, através das estruturas perceptivas e cognitivas do sujeito. Dois séculos mais tarde, a filosofia hermenêutica viria a desafiar esta cisão epistemológica, propugnando que o olhar objectivante e apropriador do sujeito é perturbado por um horizonte de compreensão partilhado por sujeito e objecto. O olhar do sujeito é sempre «contaminado» pela realidade que pretende objectivar, uma vez que pertence e foi formado nessa mesma realidade, com os seus preconceitos, heranças históricas, tradições, valores.

Apoiando-se particularmente em investigações empíricas das ciências sociais, Walter Lippmann propôs uma concepção de objectividade desafiadora do suposto epistemológico segundo o qual o relato da realidade é independente dos estados subjectivos daquele que percebe: «um relato é um produto conjunto do conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre selectivo e por vezes criativo. Os factos que vemos dependem do sítio onde estamos colocados, e dos hábitos dos nossos olhos» (Lippmann, 1992, 161) Os homens utilizam «estereótipos», «tipos e generalidades» que impõem ao mundo. «Na maior parte das vezes não vemos primeiro, e depois definimos, definimos primeiro e depois vemos. Na florescente e ruidosa (*blooming and buzzing*) confusão do mundo lá fora, pegamos naquilo que a nossa cultura já definiu para nós e tendemos a perceber aquilo que pegámos na forma estereotipada para nós pela nossa cultura» (Lippmann, 1992, 162).

Para Lippmann, a objectividade não pede que o indivíduo desista de todos os seus estereótipos (Cohen, 1992, 157). O indivíduo objectivo adopta uma atitude crítica reflexiva em relação às suas próprias opiniões. Está consciente dos seus estereótipos e da maneira como estes afectam a sua percepção. Através desta tomada de consciência, permanece aberto a possibilidades alternativas, vendo as suas opiniões como hipóteses que podem ser modificadas (Cohen, 1992, 157). Segundo Lippmann, a objectividade resulta de um processo de pensamento filosófico: «É o diálogo socrático, com toda a energia de Sócrates para partir das palavras para o significado» (Lippmann, 1992, 171).

¹⁷ O *Livro de Estilo do Público* adita uma curiosa excepção: «A imparcialidade não é sinónimo de neutralidade quando estão em causa valores fundamentais da vida em sociedade. O Público e os seus jornalistas não se sentem obrigados a ser «imparciais» nos conflitos entre liberdade e escravidão, compaixão e crueldade, tolerância e intolerância, os direitos humanos e a pena de morte, democracia e ditadura, livre informação e censura, a paz e a guerra».

Neste processo, o estereótipo é objectivado e, por assim dizer, separado do sujeito, ressituido no mundo de onde emergiu. «O seu destino não está ligado ao meu, mas com o destino do mundo lá fora onde a minha acção tem lugar» (Lippmann, 1992, 173).

O mesmo objecto, múltiplas perspectivas

Além dos factores interpretação e atitude reflexiva face aos «estereótipos» que afectam a visão da realidade, a objectividade tem, em terceiro lugar, como condição de possibilidade a pluralidade. Por outras palavras, o teste da realidade, e o respectivo processo de identificação, exige a presença de outros. Em *A Vida do Espírito*, Hannah Arendt assevera que tudo o que existe neste mundo pressupõe um expectador: «nada do que é, na medida em que aparece, existe no singular; tudo o que é está destinado a ser percebido por alguém» (Arendt, 1999, 29).

De acordo com a pensadora germano-americana, todos os objectos, porque aparecem, apontam para um sujeito e, «tal como cada acto subjectivo tem o seu objecto intencional, também cada objecto que aparece tem o seu sujeito intencional» (Arendt, 1999, 56). A certeza de que aquilo que apreendemos tem uma existência independente do acto de apreender, argumenta, depende de o objecto aparecer como tal a outros e ser confirmado por eles. Os homens aparecem no «mundo comum» em diferentes localizações, isto é, cada qual vê e ouve de uma posição diferente. Sob as condições do mundo comum, a realidade mundana é garantida pelo facto de, não obstante as diferenças de posição e a variedade de perspectivas que aí se originam, todos estarem relacionados com o mesmo objecto (Arendt, 1958, 57).

Num mundo de aparências, a realidade é garantida, entre outros factores, pelo facto de todos os seres dotados de sentido concordarem na identidade do objecto, embora o percepcionem segundo perspectivas totalmente diferentes (Arendt, 1999, 60-61).

Conclusão: referencial de mínimos

Se a objectividade «em estado puro» não existe, esta poderá funcionar como uma espécie de ideal regulador, na acepção que Kant confere às ideias transcendentais da razão, que norteia a prática jornalista. Porém, ser objectivo não significa que o jornalista se dispa da sua subjectividade. A evolução do conceito de objectividade é paralelo à do próprio jornalismo. Ao lado da independência, da imparcialidade e do rigor, a objectividade poderá legitimamente ser associada ao trabalho criativo e responsável do jornalista, profissional adicionalmente capaz de oferecer uma perspectiva crítica da realidade sedimentada no seu conhecimento aprofundado das matérias que trata.

Como salienta Fernando Correia, deve existir no jornalista a constante preocupação em ser objectivo. «Como escreve Soloski, os jornalistas procuram relatar as notícias objectivamente, mas «a objectividade não significa que eles são observadores imparciais de acontecimentos como acontece com os cientistas sociais – mas que procuram e relatam os factos do modo mais imparcial e equilibrado possível». O reconhecimento da impossibilidade da absoluta objectividade, com efeito, não autoriza nenhuma atitude céptica justificadora de todo e qualquer subjectivismo» (Correia, 1997, 163).

Mário Mesquita, por seu turno, faz equivaler «conduta de objectividade» e «subjectividade de investigação», duas expressões tomadas do filósofo francês Paul Ricoeur. Isto significa que o jornalista está pessoalmente implicado na reconstrução e explicação dos acontecimentos (Mesquita, 2003, 214). «Postular uma atitude de objectividade não equivale a negar a subjectividade do jornalista, mas antes a implicá-la nesse dever referencial próprio da actividade jornalística. Tão pouco significa negar os limites à objectividade inerentes às dependências, aos ritmos e aos processos da produção jornalística, sujeitos a poderosos constrangimentos relacionados com o tempo e o espaço. (...) O «contrato de recepção» que o jornalista implicitamente celebra com o leitor pressupõe uma «conduta de objectividade» que o distinga do ficcionista, do actor de teatro e de cinema, do relações públicas e do publicitário. Sem esse «compromisso com o real», o jornalismo destrói a razão de ser da sua existência e dilui-se no vasto oceano dos outros géneros de comunicação» (Mesquita, 2003, 214).

A ancoragem em narrativas factuais, distintas das narrativas ficcionais, é igualmente sublinhada por Nelson Traquina. «A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção (...). Certamente que as notícias são um produto centrado no referente onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas» (Traquina, 2000, 35).

Mesmo escondendo a objectividade debaixo do tapete, como acontece actualmente, certo é que este princípio continua vivo de cada vez que se reflecte acerca da epistemologia jornalística. A acreditação dos jornalistas, por parte do público, como comunicadores de «verdades» implica a rejeição de qualquer subjectivismo estrito, conducente a um relativismo insuportável. Por outro lado, como enfatiza Mário Mesquita, os jornalistas, sem ressuscitarem racionalismos estreitos, nem positivismos ultrapassados, «devem permanecer ligados “ao modelo do realismo da representação”» (Mesquita, 2001, 59). Sobre os jornalistas impende um dever referencial que, parafraseando Adela Cortina, se pode traduzir como um referencial de mínimos.

Bibliografia

- Amaral, Luiz (1996), *A Objetividade Jornalística*, Porto Alegre, Sagra-D.C. Luzzatto Editores.
- Arendt, Hannah (1958) *The Human Condition*, Chicago, The University of Chicago Press.
- , *A Vida do Espírito, Volume I – Pensar*, (1999), Lisboa, Instituto Piaget.
- , *Homens em Tempos Sombrios*, (1991), Santa Maria da Feira, Relógio d'Água.
- Bastener, Miguel Ángel (2001), *El Blanco Móvil. Curso de Periodismo*, Madrid, Ediciones El País.
- Cohen, Elliot D. (org.) (1992), *Philosophical Issues in Journalism*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- Correia, Fernando (1997), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Figueiras, Rita (2003), «O Espaço Opinião na imprensa de referência portuguesa: 1980-1999», in *Média & Jornalismo*, n.º 2, CIMJ, Coimbra, MinervaCoimbra, pp. 89-112.
- Glasser, Theodore L., «Objectivity and News Bias», Cohen, Elliot D. (org.), *op. cit.*, pp. 176-183.
- Hackett, Robert A. (1999), «Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos», in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* (2.ª edição), Lisboa, Vega, pp. 101-130.
- Lippmann, Walter, «Stereotypes, Public Opinion, and the Press», in Cohen, Elliot D. (org.), *op. cit.*, pp. 161-175.
- Martínez-Albertos, José Luis (1998), «El Zumbido del Moscardón», in *Estudios de Periodística VI: Periodismo de Investigación*, Sociedad Española de Periodística, Universidad de Vigo, pp. 55-66.

- Mesquita, Mário (2002), «Factos, Acontecimentos e Eventos na Esfera Pública Contemporânea», *Actas dos VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, Vol. 4, pp. 43-60.
- , (2003), *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media nas Sociedades Contemporâneas*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- Mencher, Melvin (1984), *News Reporting and Writing* (3.ª edição), Iowa, Wm. C. Brown Publishers.
- Público, *Livro de Estilo*, Fevereiro de 1998, versão electrónica.
- Schudson, Michael (1999), «A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão», in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* (2.ª edição), Lisboa, Vega, pp. 278-293.
- Suárez, Luisa Santamaría, Carro, María Jesús Casals, (2000), *La Opinión Periodística. Argumentos y Géneros para la Persuasión*, Madrid, Editorial Fragua.
- Traquina, Nelson, et al. (2001), *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Lisboa, Editorial Caminho.
- , (org.), (1999), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* (2.ª edição), Lisboa, Vega.
- Wolf, Mauro (2002), *Teorias da Comunicação* (7.ª edição), Lisboa, Editorial Presença.
- Tuchmann, Gaye (1999), «A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas», in Traquina, Nelson (org.), *op. cit.*, pp. 74-90.

Artigos de imprensa

- Fragoso, Ana, «Prostituição em Bragança não é um caso singular», in *Público*, 16/10/2003.
- Lúis, Filipe, «O país dos escândalos sexuais», in *Visão*, 16/10/2003.

